

Um jubileu da dívida para enfrentar a crise económica e de saúde do Covid-19

1. O que estamos a pedir

Nós, as organizações abaixo assinadas, conscientes dos graves impactos em centenas de milhões de pessoas provocados pela crise (saúde, económicas e social) atualmente enfrentada pelos países do Sul global como resultado do Covid-19, solicitamos urgentemente:

- O cancelamento de todos os pagamentos da dívida externa a serem feitos em 2020.
- A disponibilização de financiamento adicional de emergência que não crie dívida.

Todo o capital, juros e encargos da dívida externa soberana com vencimento em 2020 devem ser cancelados permanentemente, não devendo acumular no futuro. O cancelamento do pagamento da dívida é a forma mais rápida de manter dinheiro nos países e libertar recursos para enfrentar a atual crise (saúde, económica e social) resultante da pandemia global de Covid-19.

2. Implementação do cancelamento dos pagamentos da dívida

Os países mutuários têm o poder de interromper o pagamento da dívida, mas não devem sofrer penalidades por isso. Todos os credores devem, portanto, concordar com o cancelamento imediato dos pagamentos da dívida com vencimento em 2020, sem acréscimo de juros e encargos e sem multas.

Na ausência de um cancelamento da dívida mais amplo e acordado multilateralmente, os credores devem tomar as seguintes medidas:

- Instituições multilaterais, incluindo o FMI e o Banco Mundial, devem oferecer um cancelamento imediato de todo o capital, juros e encargos para o restante de 2020 para todos os países que precisem e, mais urgentemente, para todos os países beneficiários do PRGT (Poverty Reduction and Growth Trust) e IDA (International Development Association).
- O FMI e o Banco Mundial devem instar qualquer país que interrompa os pagamentos de dívidas multilaterais e/ou bilaterais a cancelar também pagamentos a credores externos privados. Qualquer novo financiamento do FMI e do Banco Mundial deve ser na forma de doações e não de empréstimos, e devem exigir que outros credores revejam a dívida nos casos onde a sustentabilidade é incerta, ou reestruturem a dívida nos casos onde esta é insustentável¹, para ajudar a garantir que o dinheiro é utilizado para apoiar políticas públicas prioritárias em resposta à crise do COVID-19, em vez de pagar outros credores.
- Os países credores, membros do Clube de Paris e outros como a China, Arábia Saudita e Kuwait, devem cancelar todo o capital, juros e encargos para o restante do ano de 2020 para todos os países que precisem e, mais urgentemente, para todos os países PRGT e IDA. Idealmente, um cancelamento da dívida deve ser coordenado entre os credores, mas não se deve esperar até que todos concordem.
- O G20 deve apoiar qualquer país que precise de suspender a realização de pagamentos de dívidas a credores externos privados.
- As jurisdições principais, especialmente no Reino Unido e Nova York, devem aprovar legislação que impeça que algum credor processe um país por interromper o pagamento da dívida em 2020.

- O cancelamento do pagamento da dívida e o financiamento adicional devem estar livres de condicionalidades de política económica que promovam a privatização, a desregulamentação e a liberalização do comércio. A crise foi causada por choques exógenos: desenvolvimentos sobre os quais os países do Sul global não tiveram qualquer controlo.
- O cancelamento do pagamento da dívida e o financiamento adicional devem ser orientados especificamente para aumentar a despesa pública de proteção dos direitos e necessidades das populações, especialmente para manter e aumentar a proteção social e as despesas com a saúde em resposta ao COVID-19 e garantir que o alívio é direcionado para beneficiar aqueles que mais precisam.

3. Resolução da crise da dívida

Muitos países estavam em crise antes do início da crise do Covid-19. Muitos outros vão emergir desta crise com dívidas insustentáveis ainda maiores. O cancelamento imediato dos pagamentos da dívida deve, portanto, estar vinculado a uma abordagem mais abrangente e de longo prazo de resolução das crises da dívida. Como tal, para tornar a reestruturação da dívida mais eficiente, equitativa e bem-sucedida, pedimos:

- A criação, pelas Nações Unidas, de um processo sistemático, abrangente e exequível para reestruturações de dívidas soberanas².
- O FMI deve introduzir diretrizes claras sobre quando uma dívida é insustentável e seguir a sua política para apenas emprestar a países com dívidas insustentáveis, em caso de default ou de uma reestruturação da dívida³.

Deve iniciar antes do final de 2020 um processo para implementar estas mudanças.

4. Os impactos do Covid-19

A crise global do Covid-19 levou a quedas nos preços das commodities, ao aumento nos custos de futuros empréstimos para os governos do Sul global⁴ e contribuiu para a maior saída de capital de todos os países em desenvolvimento⁵. Como resultado, as receitas estatais vão cair e os pagamentos da dívida vão aumentar, ao mesmo tempo que os países precisam de expandir a assistência médica e a proteção social em resposta à crise. Os países em desenvolvimento já enfrentavam maiores vulnerabilidades de dívida e custos crescentes antes do surto de Covid-19⁶. A dimensão desta crise de saúde pública e a necessidade de respostas políticas rápidas significam que recursos vitais dos estados devem ser urgentemente direcionados às necessidades das populações e não desviados para os credores. Os surtos de Covid-19 até agora mostram que o tempo é essencial. Os governos precisam de ter recursos para uma ação decisiva hoje. Qualquer atraso tornará a pandemia mais difícil de controlar e as posteriores reparações dos danos económicos mais onerosas, especialmente para os países mutuários.

Estimamos que o cancelamento dos pagamentos da dívida externa em 2020 para 69 países⁷ classificados pelo FMI como Economias de Baixo Rendimento e para os quais existem dados disponíveis, economizaria 19,5 mil milhões de dólares em pagamentos da dívida externa a credores bilaterais e multilaterais em 2020 e 6 mil milhões de dólares em pagamentos de dívida externa a credores privados. Se fosse prorrogado até 2021, economizaria adicionalmente 18,7 mil milhões de dólares em pagamentos multilaterais e bilaterais e 6,2 mil milhões de dólares em pagamentos externos a credores privados⁸.

5. Apoio à ação no cancelamento da dívida

Os Ministros das Finanças dos países africanos pediram a suspensão de todos os pagamentos de juros em 2020 e todos os pagamentos de capital e juros dos Estados frágeis⁹. O FMI e o Banco Mundial pediram a suspensão de todos os pagamentos da dívida dos países mais pobres a outros governos¹⁰. O Secretário-Geral das Nações Unidas pediu a reestruturação da dívida, incluindo renúncias ao pagamento de juros em 2020¹¹. O primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, pediu uma anulação da dívida para o seu país e outros países vulneráveis¹². O Congresso do Equador também pediu ao Governo para suspender o pagamento da dívida¹³. No início de março, o Líbano deixou de realizar pagamentos da dívida externa privada e anunciou que deixará de pagar todas as obrigações em moeda estrangeira¹⁴. O primeiro-ministro da Etiópia, Abiy Ahmed Ali, pediu uma anulação generalizada da dívida, com qualquer dívida remanescente tenha um período de graça de dez anos e limitação dos pagamentos da dívida a 10% das exportações.

Signatários (205 redes e organizações no total)

Organizações internacionais e redes regionais

1. African Forum and Network on Debt and Development (Afrodad)
2. Asian Peoples' Movement on Debt and Development (APMDD)
3. Latin American Network for Economic and Social Justice (Latindadd)
4. European Network on Debt and Development (Eurodad)
5. Arab NGO Network For Development (ANND)
6. Red Jubileo Sur/Américas
7. Third World Network (TWN)
8. Focus on the Global South
9. Womankind Worldwide
10. CADTM international
11. Oxfam
12. ActionAid International
13. CCFD-Terre Solidaire
14. CIDSE
15. Christian Aid
16. Brot für die Welt
17. The ONE Campaign
18. Save the Children
19. Avaaz
20. Fundación Educación y Cooperación – EDUCO
21. Society for International Development
22. Centre for Economic and Social Rights
23. 350.org
24. Medical Mission Sisters
25. Africa Development Interchange Network
26. Global Policy Forum
27. Debt Relief International
28. Youth for Tax Justice Network (YTJN)
29. Fair Finance International
30. Oil Change International
31. Missionary Oblates of Mary Immaculate
32. Sisters of Charity of Nazareth Congregational Leadership
33. Federación Internacional Fe y Alegría
34. Platform to Protect Whistleblowers in Africa (PPLAAF)
35. International Budget Partnership

36. Y Care International
37. Corporate Europe Observatory
38. Congregation of Our Lady of Charity of the Good Shepherd (Global)
39. Migrant Forum in Asia
40. Aksi! for gender, social and ecological justice
41. Africa Europe Faith & Justice Network (Europe)
42. Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)
43. GCAP - Global Call for Action against Poverty
44. Education International
45. North African Food Sovereignty Network (NAFSN)
46. Tax and Fiscal Justice Asia
47. Validity Foundation - Mental Disability Advocacy Centre
48. VIVAT International
49. RIPESS - Intercontinental network for the promotion of Social Solidarity Economy
50. Tax Justice Network

Organizações nacionais

1. Aid/Watch, Australia
2. Jubilee Australia
3. Bangladesh Krishok Federation
4. NRDS, Bangladesh
5. 11.11.11, Belgium
6. Broederlijk Delen, Belgium
7. CNCN-11.11.11, Belgium
8. Entraide et fraternité, Belgium
9. Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), Brazil
10. FOAESP – Fórum das Ong Aids do estado de São Paulo
11. Gestos (HIV and AIDS, communication, gender), Brazil
12. Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), Brazil
13. Instituto de Justiça Fiscal (IJF), Brazil
14. Outras Palavras Comunicação Compartilhada, Brazil
15. Plate Forme d'Information et d'Action sur la Dette (PFIAD), Cameroon
16. AidWatch Canada
17. Canadian Council for International Co-operation
18. Forum des Organisations Nationales Humanitaires et de Développement en RD Congo
19. PC2D (RD.Congo) et Caritas Congo ASBL
20. Commission Justice et Paix de Pointe Noire, Republic of Congo
21. Convention de la Societe Civile Ivoirienne (CSCI)
22. Plate forme d'autonomisation des organisations de jeunesse de Côte d'Ivoire(PAOJCI)
23. Ecumenical Academy, Czech Republic
24. ActionAid Denmark
25. Jubileo 2000 Red Ecuador
26. Finn Church Aid, Finland
27. Action contre la Faim, France
28. Amis de la Terre France
29. Attac France
30. CADTM France
31. Centre de Recherche et d'Information pour le Développement (CRID), France
32. Comité français pour la Solidarité Internationale (CFSI)

33. Confédération Générale du Travail (CGT), France
34. Coordination SUD, France
35. Equipop, France
36. Global Health Advocates France
37. Plateforme Française Dette & Développement (PFDD), France
38. Réseau Foi & Justice Afrique Europe antennne France
39. Solidaires Finances Publiques, France
40. Bischöfliches Hilfswerk MISEREOR, Germany
41. Bündnis Eine Welt Schleswig-Holstein e.V.
42. Erlassjahr.de – Entwicklung braucht Entschuldung (Jubilee Germany)
43. hl redaction, Germany
44. Transform! Europe, EU
45. Debtfree, Greece
46. Plateforme d'Information et d'Action sur la Dette et le Développement- Guinée (PIADD)
47. Plateforme nationale des Citoyens Unis pour le Développement (PCUD)
48. Fe Y Alegria Honduras
49. DemNet Hungary
50. Friends of the Earth Hungary
51. Environics Trust, India
52. Indian Social Action Forum
53. Madhyam, India
54. Mines, Minerals & PEOPLE, India
55. Indonesia Water Community of Practice
56. Solidaritas Perempuan (Women' Solidarity for Human Rights), Indonesia
57. Wahana Lingkungan Hidup Indonesia (WALHI)
58. 80:20 Educating and Acting for a Better World, Ireland
59. ActionAid Ireland
60. Centre for Global Education, Ireland
61. Christian Aid Ireland
62. Comhlámh (Ireland)
63. Financial Justice Ireland
64. Friends of the Earth Ireland
65. SMA Justice Office, Society of African Missions, Ireland
66. Association of Italian NGOs
67. CIPSI, Italy
68. Emergenza Sorrisi, Italy
69. FOCSIV Italian Federation Christian Volunteering Service
70. Institute of Public Finance Kenya
71. Sustainable Development Institute, Liberia
72. Catholic Commission for Justice and Peace of the Archdiocese of Lilongwe (CCJP Lilongwe- Malawi)
73. Centre for Social Concern, Malawi
74. Centre for Social Accountability & Transparency, Malawi
75. Economics Association of Malawi
76. Development Communications Trust, Malawi
77. Integrity Platform, Malawi
78. Malawi Economic Justice Network
79. Youth and Society, Malawi
80. Equidad de Género: Ciudadanía, Trabajo y Familia, Mexico
81. Observatorio Mexicano de la Crisis
82. associacao Luarte - arte, cidadania e transformacao, Mozambique

83. Mozambique Budget Monitoring Forum
84. Mozambican Debt Group
85. ALTSEAN-Burma, Myanmar
86. Both ENDS, Netherlands
87. Cordaid, Netherlands
88. BudgIT Foundation, Nigeria
89. Debt Justice Norway
90. Norwegian Church Aid (NCA)
91. AwazCDS-Pakistan
92. Freedom from Debt Campaign of Pakistan
93. Institute for Social & Economic Justice, Pakistan
94. Pakistan Development Alliance
95. Pakistan Fisher Folk Forum
96. Pakistan Kissan Rabita Committee
97. Freedom from Debt Coalition, Philippines
98. Sanlakas Philippines
99. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos, Portugal
100. CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, Portugal
101. Fundação Gonçalo da Silveira, Portugal
102. MONTE, Portugal
103. Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, Portugal
104. Plataforma Portuguesa das ONGD, Portugal
105. Veterinarios sem Fronteiras Portugal
106. ZERO - Association for the Sustainability of the Earth System, Portugal
107. Budget Advocacy Network, Sierra Leone
108. Enabanda, Slovenia
109. Alianza por la Solidaridad-Action Aid España
110. Amycos.org, Spain
111. Ecologistas en Acción, Spain
112. Fundación Entreculturas, Spain
113. Greenpeace Spain
114. Ingeniería sin Fronteras, Spain
115. Lafede.cat – Organitzacions per a la Justícia Global – Catalunya
116. Observatorio de la Deuda en la Globalización, Spain
117. Observatorio de Multinacionales en América Latina (OMAL)-Paz con Dignidad, Spain
118. Plataforma Auditoría Ciudadana de la Deuda, Spain
119. Centre for Environmental Justice, Sri Lanka
120. Act Church of Sweden
121. Diakonia, Sweden
122. Alliance Sud, Switzerland
123. Fastenopfer, Switzerland
124. Climate Watch Thailand
125. Observatoire Tunisien de l'Economie, Tunisia
126. SEATINI, Uganda
127. Action for Argentina, UK
128. Action for Southern Africa, UK
129. Bond, UK
130. Bretton Woods Project, UK
131. Cafod (Catholic Agency for Overseas Development), UK
132. Christians on the Left, UK
133. Gender and Development Network, UK
134. Global Justice Now, UK

135. Health Poverty Action, UK
136. Jubilee Debt Campaign, UK
137. Jubilee Scotland
138. Stamp Out Poverty, UK
139. STOPAIDS, UK
140. Tearfund, UK
141. The Equality Trust, UK
142. War on Want, UK
143. Trademark Belfast
144. Jubilee USA Network
145. Maryknoll Office for Global Concerns, US
146. Sisters of Charity Federation, US/Canada
147. ActionAid Zambia
148. Campaign for Active Voter Engagement in Zambia
149. Caritas Zambia
150. Centre for Trade Policy and Development, Zambia
151. CUTS International, Zambia
152. Jesuit Centre for Theological Reflection (JCTR), Zambia
153. Transparency International Zambia
154. Zambia Civic Education Association
155. Zimbabwe Coalition on Debt and Development

Referências

¹ Segundo a política do FMI, se a dívida de um país é insustentável, uma reestruturação completa ou o default da dívida deve ocorrer durante um programa de empréstimo. Uma reestruturação é uma alteração nos termos da dívida que reduz o valor que um credor receberá de volta. Se a sustentabilidade da dívida é incerta, uma revisão do perfil deve ocorrer. Isso altera a data dos pagamentos da dívida para o futuro, para que os credores não sejam efectivamente pagos pelos empréstimos do FMI.

² Consulte 'We can work it out: 10 civil society principles for sovereign debt resolution' (Podemos resolver isto: 10 princípios da sociedade civil para a resolução da dívida soberana)

<https://eurodad.org/Entries/view/1547087/2019/09/17/We-can-work-it-out-10-civil-society-principles-for-sovereign-debt-resolution>

³ Saiba mais sobre esta política em https://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2019/10/IMF-policy-on-debt-restructurings_English_10.19-1.pdf

⁴ <https://jubileedebt.org.uk/uncategorized/coronavirus-worsens-debt-crisis-in-poor-countries>

⁵ <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/23/g20-finance-ministers-talks-hampered-by-us-china-posturing-coronavirus>

⁶ <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/12/19/debt-surge-in-emerging-and-developing-economies-is-largest-fastest-in-50-years>

⁷ Estes não são todos os países que precisam de uma suspensão da dívida. Conforme definido pelo FMI, os países com economias de baixo rendimento (LIE – Lower Income Economies) incluem 59 países elegíveis para financiamento concessionado das instituições internacionais, 13 pequenos estados de rendimento médio e quatro países que deixaram de ser elegíveis para financiamento concessionado desde 2010.

⁸ Pesquisa da Eurodad https://eurodad.org/debt_moratorium

⁹ <https://www.uneca.org/stories/african-finance-ministers-call-coordinated-covid-19-response-mitigate-adverse-impact>

¹⁰ <https://www.ft.com/content/6eca167c-6ec0-11ea-9bca-bf503995cd6f>

¹¹ <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2020-03-24/note-correspondents-letter-the-secretary-general-g-20-members>

¹² <https://www.brecorder.com/2020/03/17/580790/pm-wants-world-to-consider-writing-off-pakistans-debt-to-help-cope-with-coronavirus/>

¹³ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-23/ecuador-bonds-sink-as-congress-suggests-suspending-debt-payments>

¹⁴ <https://www.nytimes.com/aponline/2020/03/23/world/middleeast/ap-ml-lebanon.html>